

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S/A
CNPJ Nº 19.353.878/0001-39

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral, este relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em **31/12/2025**, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Os resultados de 2025 foram positivos, apesar dos fortes desafios enfrentados. Em 2025 a hidrologia foi o principal driver de formação de preço da energia elétrica. O período foi desafiador, notadamente no segundo semestre, com afluências abaixo da média histórica que reduziram os níveis dos reservatórios e impulsionaram o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para patamares superiores aos de 2024. Essa valorização do preço de energia é negativa nos momentos de exposição, mas permite a captura de uma margem interessante na comercialização de curto prazo, muito embora a quantidade de energia livre para novas contratações pela Companhia seja pequena. A Companhia logrou o êxito de auferir uma receita líquida da ordem de R\$ 19.812 milhões e lucro líquido de R\$ 6.258 milhões, reafirmando a segurança e a vantagem estratégica de nosso posicionamento técnico no sistema. Recife - PE. A Diretoria."

Diretores:

Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior
Adriano Bezerra Magalhães

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

Morro Branco I Energética S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
Morro Branco I Energética S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Morro Branco I Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Morro Branco I Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 10 de abril de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

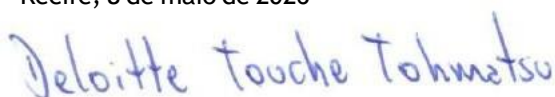
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 8 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE


Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.245	25.960
Contas a receber	5	2.077	1.976
Tributos a recuperar		717	431
Despesas antecipadas		391	391
Outros créditos		<u>4</u>	<u>2</u>
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		<u>39.434</u>	<u>28.760</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	2.960	2.958
Despesas antecipadas		740	773
Imobilizado	7	58.515	65.122
Direito de uso	6	<u>1.699</u>	<u>1.772</u>
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>63.914</u>	<u>70.625</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>103.348</u>	<u>99.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.900	2.768
Empréstimos e financiamentos	9	5.694	5.563
Passivo de arrendamento	10	31	28
Tributos a recolher		1.841	1.270
Outras contas a pagar	12	<u>14.714</u>	<u>10.995</u>
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>25.180</u>	<u>20.624</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	11.154	13.372
Empréstimos e financiamentos	9	29.266	33.975
Passivos de arrendamento	10	2.004	2.035
Provisão para desmobilização	11	2.175	1.928
Outras contas a pagar	12	<u>3.613</u>	<u>3.753</u>
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>48.212</u>	<u>55.063</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	38.294	38.294
Lucros do período		<u>(8.338)</u>	<u>(14.596)</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>29.956</u>	<u>23.698</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>103.348</u>	<u>99.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	19.812	17.902
Custo com a venda de energia	16	<u>(10.346)</u>	<u>(11.901)</u>
Lucro bruto		<u>9.466</u>	<u>6.001</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	16	<u>(180)</u>	<u>(203)</u>
Total das receitas (despesas) operacionais:		<u>(180)</u>	<u>(203)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>9.287</u>	<u>5.798</u>
Receitas financeiras	17	4.367	2.444
Despesas financeiras	17	<u>(5.197)</u>	<u>(5.246)</u>
Resultado financeiro		<u>(830)</u>	<u>(2.802)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>8.456</u>	<u>2.996</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	<u>(2.198)</u>	<u>(1.504)</u>
Lucro líquido do período		<u>6.258</u>	<u>1.492</u>
Lucro por ação em Reais		<u>6.258,04</u>	<u>1.492,23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	6.258	1.492
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>6.258</u>	<u>1.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>38.294</u>	<u>(16.088)</u>	<u>22.206</u>
Lucro líquido do período	-	1.492	1.492
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>38.294</u>	<u>(14.596)</u>	<u>23.698</u>
Lucro líquido do período	-	6.258	6.258
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>38.294</u>	<u>(8.338)</u>	<u>29.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período		6.258	1.492
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período:			
Depreciação e amortização	7	6.607	8.066
Amortização - direito de uso	6	73	73
Rendimento sobre aplicação financeira		(402)	(313)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		3.832	3.637
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização		247	219
Ajuste a valor presente - arrendamentos	10	184	229
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	17	927	980
Imposto de renda e contribuição social	18	2.198	1.504
		<u>19.924</u>	<u>15.887</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber		(101)	(75)
Tributos a recuperar		(228)	(97)
Despesas antecipadas		33	14
Outros créditos		(3)	-
		<u>(299)</u>	<u>(158)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		(3.013)	(2.796)
Tributos a recolher		(460)	(265)
Outras contas a pagar		3.579	4.068
		<u>107</u>	<u>1.007</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>19.731</u>	<u>16.736</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.167)</u>	<u>(918)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.564</u>	<u>15.818</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(249)	(322)
Resgates de aplicações financeiras		591	658
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>342</u>	<u>336</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	9	(5.499)	(5.409)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	9	(2.911)	(3.313)
Pagamentos de passivo de arrendamentos		(212)	(200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(8.622)</u>	<u>(8.922)</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		10.284	7.232
Caixa e equivalentes de caixa			
No final do período		36.244	25.960
No início do período		25.960	18.728
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		<u>10.284</u>	<u>7.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

1.1. Objeto social

A Morro Branco I Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE, constituída em 18 de novembro de 2013 e que tem como objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica com aproveitamento de recursos de fonte eólica provenientes do Parque Eólico denominado “Morro Branco I”, bem como a comercialização de créditos de carbono, nos moldes previstos no Protocolo de Kyoto. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia obteve por meio de participação no Leilão nº 5/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o direito de comercializar energia de reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de setembro de 2015. A Companhia iniciou a operação comercial dos seus quatorze aerogeradores ao longo do último quadrimestre de 2015.

1.2. Capacidade de produção e comercialização de energia elétrica

A Portaria Autorizativa nº 53 emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME, autorizou a Companhia estabelecer-se como “Produtor Independente de Energia Elétrica”, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada “EOL Morro Branco I”, a ser instalada no município de Sento Sé, Estado da Bahia, com potência de 29,7 MW de capacidade instalada e 12,7 MW médios de garantia física de energia, constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW. Em 3 de julho de 2015, houve aumento da potência para 32,9 MW de capacidade instalada, permanecendo com 12,7 MW médios de garantia física de energia, constituída de quatorze unidades geradoras de 2,35 MW conforme a Resolução Autorizativa nº 5.315/2015. A presente autorização tem vigência por um período de 35 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 12 de maio de 2026.

2.1. Reconhecimento de receita

Receita das operações

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando: (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; (ii) todos os riscos e benefícios inerentes à venda de energia são transferidos para o cliente; (iii) a Companhia não detém mais o controle ou a responsabilidade sobre a venda de energia; e (iv) é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é evidenciada como receita financeira, na Demonstração do Resultado do período.

2.2. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o “Lucro Presumido”. Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

(i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

2.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com a NBC TG 48, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário reconhecer qualquer perda estimada por redução ao valor recuperável de contas a receber.

ii) *Passivos financeiros*

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia são contas a pagar a fornecedores, arrendatários, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira ou investimento temporário, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento no curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na Demonstração do Resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10, definidas por meio de regulamentação da ANEEL, as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.6. NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos

A Companhia possui contrato de arrendamento de terrenos onde foram instalados os aerogeradores, subestações, “bay” de conexão e demais equipamentos que compreendem os parques eólicos. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso dos terrenos rurais e dos passivos de arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

2.7. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Provisão para desmobilização de ativos imobilizados

A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As provisões da Companhia referem-se a obrigações legais e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis e demais equipamentos, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e Interpretações ainda não emitidas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18 / CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas bancárias	891	906
Aplicações financeiras	<u>35.354</u>	<u>25.054</u>
	<u>36.245</u>	<u>25.960</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, no valor de R\$2.960, em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.958 em 31 de dezembro de 2024), estão representadas por fundos de investimentos, remunerados com base em percentuais próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não possuem prazo de liquidação. As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante foram cedidas em garantia do financiamento com o BNDES, conforme demonstrados na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se a contas a receber de clientes decorrentes da venda de energia elétrica. Essas contas a receber de clientes, no montante de R\$2.077 (2024: R\$1.976), são compostas substancialmente por valores vencidos em um prazo médio de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. DIREITO DE USO

Os contratos elegíveis pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) referem-se aos arrendamentos de terrenos rurais onde estão instalados os aerogeradores, subestações, “bay” de conexão e demais equipamentos que compreendem o parque eólico da Companhia.

Para esses contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso e os respectivos passivos de arrendamento, conforme segue:

	Taxa média anual amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso de terrenos	3,4%	2.150	-	2.150
(-) Amortização		(378)	(73)	(451)
		<u>1.772</u>	<u>(73)</u>	<u>1.699</u>

7. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas médias anuais de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Saldos em 31/12/2025
Custo contábil				
Terrenos	-	33	-	33
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 3,33%	17.652	-	17.652
Móveis e Utensílios	3,33 % a 6,25%	15	-	15
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	119.609	-	119.609
Ferramentas	10%	12	-	12
Total do custo		137.321	-	137.321
Total da depreciação acumulada		(72.199)	(6.607)	(78.805)
Total líquido		<u>65.122</u>	<u>(6.607)</u>	<u>58.515</u>

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e à contratação de serviços para a construção e operação do parque eólico.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	<u>14.054</u>	<u>16.140</u>
	<u>14.054</u>	<u>16.140</u>
Circulante	2.900	2.768
Não circulante	11.154	13.372

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Encargos incidentes	Saldos em 31/12/2024	Juros e encargos	Pagamento de principal e juros	Saldos em 31/12/2025
Financiamento de longo prazo	2,02% a.a. acima da TJLP	39.538	3.832	(8.410)	34.960
		<u>39.538</u>	<u>3.832</u>	<u>(8.410)</u>	<u>34.960</u>
Circulante		5.563			5.694
Não circulante		33.975			29.266

Este financiamento tem prazo de amortização em 192 parcelas mensais, entre os anos de 2016 e 2032 e está garantido por contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças, carta de fiança emitida pelos Bancos Itaú e Bradesco, além do saldo de aplicações financeiras divulgadas na Nota 4.

Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos foram classificados como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	5.436
2027	5.574	5.436
2028	5.574	5.436
2029	5.574	5.436
2030	5.574	5.436
Após 2030	6.968	6.795
	<u>29.266</u>	<u>33.975</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as cláusulas de vencimento antecipado de seu contrato de empréstimo, incluindo a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis

10. PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Os contratos vigentes têm prazos que variam entre 35 e 40 anos e se referem ao arrendamento de terras rurais onde estão instalados os parques eólicos da Companhia, os quais foram iniciados em 19 de agosto de 2008, podendo ser renovados automaticamente, conforme expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais equivalentes a percentuais de 0,5% a 2% da receita líquida da Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamentos essencialmente se eles transmitem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período, em troca de contraprestações. O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras, para construção de parques eólicos.

O vencimento dos pagamentos mínimos dos arrendamentos está descrito a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Até um ano	<u>31</u>	<u>28</u>
	<u>31</u>	<u>28</u>
Não circulante		
2026	-	31
2027	33	33
2028	36	36
2029	39	39
2030	43	43
Após 2030	<u>1.853</u>	<u>1.853</u>
	<u>2.004</u>	<u>2.035</u>
Total	<u>2.035</u>	<u>2.063</u>

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	2.063	1.999
Remensuração de arrendamentos	-	35
Juros	184	229
Pagamento anual	<u>(212)</u>	<u>(200)</u>
Saldo final	<u>2.035</u>	<u>2.063</u>

11. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais. O passivo foi inicialmente mensurado ao justo valor e, posteriormente, é ajustado a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmontagem e remoção do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Para determinação do ajuste a valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 12,80% a.a.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A Companhia possui contratos de longo prazo para a venda de energia, os quais são regulados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e preveem que as variações observadas na energia gerada serão recebidas ou pagas pela Companhia ao final de cada ciclo quadrienal. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia reconheceu obrigação decorrente da quantidade de energia gerada a menor no período compreendido entre a data de início do suprimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), ocorrido em 1º de setembro de 2021, e 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$18.303 (2024: R\$10.984 classificados no passivo circulante e R\$3.741 no passivo não circulante), dos quais estão classificados R\$14.703 no passivo circulante e R\$3.600 no passivo não circulante.

13. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. O processo de natureza civil com probabilidade possível de perda em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$6.

A Companhia possui um processo de execução fiscal, avaliado como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 4.217 (R\$ 3.795 em 2024) movido pelo Município de Sento Sé, no âmbito de auto de infração relativo à cobrança de ISS sobre serviços prestados por terceiros, e é também autora de ação anulatória dos débitos do referido auto de infração.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$38.294, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações pertence à acionista Brennand Energia S.A.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de energia	<u>24.114</u>	<u>23.107</u>
	24.114	23.107
Provisão Contratual	(3.428)	(4.379)
Impostos e deduções sobre as vendas	<u>(874)</u>	<u>(826)</u>
Receita operacional líquida	<u>19.812</u>	<u>17.902</u>

16. CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por função:		
Custos da venda de energia	(10.346)	(11.901)
Gerais e administrativas	<u>(180)</u>	<u>(203)</u>
	<u>(10.526)</u>	<u>(12.104)</u>
Por natureza:		
Depreciação e amortização	(6.607)	(8.066)
Amortização do direito de uso	(73)	(73)
Materiais	(30)	(30)
Serviços de terceiros	(1.536)	(1.518)
Encargos de conexão/uso do sistema	(1.622)	(1.779)
Liquidação financeira - CCEE	(3)	(2)
Outras despesas	<u>(655)</u>	<u>(636)</u>
	<u>(10.526)</u>	<u>(12.104)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.367	2.444
	<u>4.367</u>	<u>2.444</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária	(927)	(980)
Comissões e despesas bancárias	(7)	(181)
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	(247)	(219)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(184)	(229)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.832)	(3.637)
	<u>(5.197)</u>	<u>(5.246)</u>
Resultado financeiro	<u>(830)</u>	<u>(2.802)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na Demonstração do Resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota efetiva:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta de venda de energia	24.114	24.114	23.107	23.107
Alíquota de presunção do imposto - venda de energia	8%	12%	8%	12%
	<u>1.929</u>	<u>2.894</u>	<u>1.849</u>	<u>2.773</u>
Receita financeira	4.367	4.367	2.444	2.444
Parcela de dedução	(240)	-	(240)	-
Base de cálculo Lucro Presumido	<u>6.056</u>	<u>7.261</u>	<u>4.053</u>	<u>5.217</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.546	652	1.040	464
Alíquota efetiva	26%	9%	26%	9%

19. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos de longo prazo estabelecidos a partir da venda de energia contratada no Leilão de Energia de Reserva (LER), realizado pela ANEEL em 23 de agosto de 2013. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE possui a atribuição de celebrar os contratos associados à energia de reserva na qualidade de representante dos usuários, com fornecimento para o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2035.

A Companhia prevê que a comercialização de energia para os exercícios futuros será equivalente à sua geração histórica, que é equivalente à sua garantia física, resultando nas seguintes previsões para os compromissos a serem assumidos pela Companhia:

Ano	Quantidade de MWh
2026	11.252
2027	11.252
2028	11.557
2029	11.252
2030	11.252
2031 até o final da autorização/concessão de cada uma das controladas	2.017.166
	<u>2.573.731</u>

A Companhia possui também compromissos de curto e longo prazos com a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda., estabelecidos a partir da sua contratação, em 28 de janeiro de 2014, para o fornecimento de 14 aerogeradores ENERCON E-92/2.300 kW, cujo pagamento da 19 parcela deu-se após 15 dias da assinatura do contrato e o pagamento da última parcela está previsto para o mês de junho de 2030.

Para compromissos relacionados com arrendamentos de terrenos, vide Nota 10.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e arrendatários, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores e arrendatários. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia não contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia está inserida na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se eventualmente através da regulamentação da política de preços por parte dos órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da Administração.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, considerando o índice de taxas de juros fixas em relação ao índice de taxas de juros variáveis da dívida.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade. A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Risco de taxas de juros

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer swap contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/ redução em %	Efeito no lucro antes da tributação - R\$	
		31/12/2025	31/12/2024
Reais	- 20%	766	727
Reais	20%	(766)	(727)

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos e a qualidade do crédito é avaliada para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e os contratos de venda costumam ter garantias firmadas ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade do reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.

Risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais e/ou recursos oriundos intragrupo forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional, com importância segurada (LMGA - limite máximo de garantia da apólice) de R\$664.013, para todas as empresas/usinas Eólicas do Grupo Brennand Energia.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura de seguro para responsabilidade civil com importância segurada (LMGA - limite máximo de garantia da apólice) de R\$35.000 para todas as empresas/usinas Eólicas dos Grupos Brennand Energia e Brennand Investimentos, abrangendo, na condição de cosseguradas, todas as suas subsidiárias que estão em operação comercial.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração, amparada na opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.